

A Separação já aconteceu

Jacques Rupnik

Manter um protectorado internacional no Kosovo é uma forma de não assumir a separação de facto do território e de continuar a alimentar a ficção de um Kosovo jugoslavo. É uma forma de não escolher. Mas que também tem sérios riscos.

Há um ano a Aliança Atlântica tinha um objectivo claro para intervir no Kosovo: impedir a escalada da repressão, da violação sistemática dos direitos do homem e da purificação étnica pelo regime de Belgrado. Tony Blair resumia o princípio da intervenção da NATO com a fórmula: "To keep Milosevic out, get NATO in, and the refugees back".

Hoje, a comunidade internacional não parece ter uma ideia clara quanto ao objectivo que persegue nem quanto aos meios que está disposta a disponibilizar. Se se pretendia, antes de mais, permitir o regresso dos refugiados albaneses (perto de 900 000), evitar um novo conflito com a Sérvia ou a desestabilização dos países vizinhos, o balanço é "globalmente positivo". Os refugiados albaneses regressaram em prazos recorde, e, graças aos esforços conjugados da ajuda internacional e do desembarço local, a reconstrução das habitações destruídas é infinitamente mais rápida que na Bósnia, e as pizzarias de Pristina, tornadas célebres pelos relatos de Régis Debray do Kosovo em guerra, estão sempre cheias.

Mas se se tratava também de criar um clima de segurança interna, um Estado de direito ou o respeito pelas minorias, a operação é, na opinião dos próprios responsáveis do protectorado internacional, um semi-fracasso: o vazio institucional, jurídico, administrativo foi frequentemente preenchido pela lógica da vingança e uma economia mafiosa.

Três situações críticas estão a comprometer o frágil edifício construído pela presença internacional desde há um ano: os confrontos armados na zona fronteiriça entre a Sérvia e o Kosovo; a questão do Montenegro; e a escalada da violência em Mitrovica. Desde o início do ano, três aldeias habitadas por albaneses, situadas no sudeste da Sérvia (Presevo, Bujanovac, Medvedja), conhecem um recrudescimento da violência muito semelhante à do Vale do Drenica, no Kosovo, em 1997-1998: um braço armado do ex-UÇK combate as forças de polícia sérvia, cujo contra-ataque provoca as primeiras partidas dos camponeses albaneses (mais de seis mil num total de cerca de 90 000). A ideia de uma ligação desta zona tampão ao Kosovo embaraça Hasim Thaci, o chefe do ex-UÇK, preocupado em demonstrar a sua cooperação com as instâncias internacionais, mas outros membros da direcção não afastam a necessidade de ajudar militarmente os albaneses do sul da Sérvia. O segundo epicentro da crise é o Montenegro, pequena república de 700.000 habitantes com fronteira com a Sérvia, a Albânia e o Kosovo, único acesso ao mar da Sérvia e último parceiro da Sérvia no seio da Jugoslávia residual. Desde 1997 o Presidente Djukanovic segue uma política de reformas democráticas de abertura ao Ocidente, nos antípodas das de Milosevic na Sérvia. A intervenção da NATO na Primavera de 1999 acelerou o processo de secessão do Montenegro, que afirmou a sua neutralidade e passou a encarar abertamente um referendo sobre a independência (ou mais precisamente sobre um acordo confederal com a Sérvia). Milosevic optou desde o início deste ano por uma estratégia de tensão, utilizando as bases militares do Exército jugoslavo no Montenegro para estabelecer uma relação de força com Djukanovic, que se apoia na polícia. Ameaçado internamente, Milosevic poderia ser tentado a colocar em marcha um "golpe de estado sorrateiro",

como resposta à "secessão sorrateira" do Presidente Djukanovic. Tendo esgotado todas as possibilidades de conflito com os seus vizinhos ex-jugoslavos, Milosevic poder-se-ia ver tentado uma vez mais a salvar o seu poder em Belgrado com uma violenta fuga em frente no Montenegro que, por sua vez, poderia ter efeitos destabilizadores (sem excluir um cenário de guerra civil) na Sérvia e no Kosovo. O terceiro ponto de tensão é Mitrovica, cidade partilhada entre 70 000 albaneses no Sul e menos de 30 000 sérvios no Norte, e que faz lembrar por um lado Mostar (a ponte da separação) e por outro Brcko (zona cujo estatuto é contestado) na Bósnia-Herzegovina. Mitrovica tornou-se uma questão política e simbólica de primeira importância

1) para os sérvios (é o único sítio onde não estão fechados num enclave e mantêm um acesso directo à Sérvia);

2) para os albaneses que não podem aceitar ser expulsos do Norte da cidade ("É preciso libertar Mitrovica" declarava Thaci, o líder do ex-UÇK, aquando das comemorações no final de Fevereiro do segundo aniversário do assassinato de trinta membros do clã Jashari em Dolni Prekaz);

3) para a KFOR, que separando os beligerantes validava a divisão da cidade. Deste modo, um ano após a intervenção da NATO, Milosevic em Belgrado (como Saddam Hussein) perdeu, sem dúvida, a guerra mas mantém-se no poder e ainda guarda certos detonadores à distância. Em Mitrovica ele joga a carta da obstrução e aguarda, a seu tempo, a divisão: trocar este território pelas aldeias albanesas do sudeste da Sérvia? Ou então expulsar os albaneses desta zona fronteiriça sérvia para o Kosovo, provocando uma réplica albanesa contra as populações sérvias em Gnjilane ou Mitrovica. Ambas as crises relacionadas directamente com o Kosovo, bem como a recuperação do controlo do Montenegro poderiam, uma vez mais, ser úteis para a sua estratégia de tensão com a oposição interna e para o único verdadeiro objectivo de Milosevic: manter-se no poder.

A enorme presença militar internacional evitará sem dúvida que tais cenários desestabilizem o Kosovo. Resta a incerteza ou a ambiguidade sobre os objectivos pretendidos que continuam a alimentar os mal-entendidos ou as tensões com aquele que se deve designar como um poder albanês em gestação. Três "equivocos" ou divergências merecem ser mencionados a este propósito.

O primeiro diz respeito à natureza e ao fim do conflito. Aquilo que nós designamos como a "intervenção aérea da NATO", da Primavera de 1999, corresponde para os líderes kosovares a uma "luta de libertação de dez anos". Para os ocidentais a intervenção terminou em Junho do ano passado com uma assinatura em Belgrado e uma resolução da ONU; para eles o estado de guerra ainda não terminou verdadeiramente...

O segundo equivoco refere-se à noção de multi-étnica no contexto do pós-guerra no Kosovo. Para uma grande parte da opinião ocidental a intervenção militar da NATO era justificada pela necessidade de pôr um termo às violações maciças dos direitos do homem e à purificação étnica. Mas, desde o Verão passado, a população sérvia e outras minorias, em particular os ciganos ("os amigos dos meus inimigos são meus inimigos"), foram submetidos a uma espécie de purificação étnica ao contrário. Em Pristina restam 400 sérvios dos 40 000 de há um ano. Nenhuma instituição, nem a universidade nem os hospitais escaparam a esta lógica. Pode, é certo, parecer menos "injusto" ver a intolerância de 90 por cento da população em relação aos 10 por cento restantes, do que o contrário, ou seja, o apartheid imposto aos albaneses desde 1989 por Milosevic. Mas a opinião internacional julga hoje o Kosovo e a sua administração internacional relativamente ao destino reservado às minorias.

Isto coloca um duplo problema. Para já, o de uma intervenção internacional realizada em nome de princípios étnicos ou políticos que não são partilhados pelos "beneficiários" da intervenção. Mas sobretudo: até que ponto a comunidade internacional estará disposta a ir para fazer aplicar estes princípios depois da intervenção militar propriamente dita. Porque o que se vê hoje no Kosovo é a criação de uma "multi-étnica armada" que consiste na colocação de um posto de

controlo à entrada e à saída de cada aldeia habitada por uma minoria, cujos habitantes não têm qualquer liberdade de movimento sem acompanhamento da KFOR. Em Mitrovica isso significa criar "zonas de confiança" segundo a fórmula de Bernard Kouchner e instalar, sob protecção militar permanente, famílias albanesas nos bairros (dos quais elas foram expulsas) ao Norte da cidade, ou então de famílias sérvias ao Sul.

No plano dos princípios, isso parece absolutamente irrepreensível. Será essa a via para uma "sociedade multiétnica"? Mais parece uma outra forma de segregação, um enclave no seio de um outro enclave com todos os riscos que isso acarreta em caso de escalada de violência.

A multietnicidade no Kosovo nunca teve, de resto, o mesmo carácter que na Bósnia: Pristina nunca foi Sarajevo. Podemos apresentar a questão da guerra da Bósnia como o confronto entre o nacionalismo étnico e de uma certa ideia de multiculturalismo.

O conflito nunca se colocou nestes termos no Kosovo, quanto mais não fosse porque as zonas rurais eram a 90 por cento albanesas, e as cidades como Pristina onde a presença minoritária sérvia era considerada como o instrumento de um sistema colonial unanimemente rejeitado.

Resta um programa mínimo para o protectorado: impedir o recurso à violência, fazer respeitar o direito e a coexistência, mesmo na separação. (Para que um enclave sérvio no Norte do Kosovo não se transforme num prelúdio à divisão é necessário assumir claramente e garantir a separação entre o Kosovo e a Sérvia). É preciso sobretudo "dar tempo ao tempo" e seria, apenas a prazo, com a reconstrução económica e a morosa transição democrática que as condições de um verdadeiro pluralismo poderiam talvez ser estabelecidas. No melhor dos casos isso exigirá décadas de presença militar internacional.

No entanto, a questão do estatuto final do Kosovo – é o terceiro "equivoco" – não aguardará décadas. Na verdade, ela está já na ordem do dia. A primeira coisa que impressiona qualquer visitante no Kosovo actualmente é o total irrealismo da resolução 1244 da ONU que fixa o quadro jurídico da presença internacional (UNMIK e KFOR) num Kosovo mantido no seio da Jugoslávia. Depois da forma como o resíduo de Estado Jugoslavo os tratou no decorrer da última década, indo ao ponto de os expulsar pelas armas, nenhum albanês poderá aceitar ser considerado cidadão de um tal Estado ou pedir um passaporte a um Estado que, há apenas um ano, destruiu sistematicamente os seus documentos de identidade. A realidade do Kosovo, hoje, é que a separação de facto já foi realizada: as autoridades sérvias retiraram-se, a moeda oficial é o marco alemão, as bandeiras são albanesas. Para lá das rivalidades entre Thaci e Rugova, a LDK e o ex-UÇK, todas as forças políticas albanesas do Kosovo têm três objectivos prioritários comuns: primeiro a independência, depois a independência e por fim a independência.

Entre a ficção de um Kosovo jugoslavo e a realidade da separação de facto, o protectorado é uma maneira de não escolher. A ideia dos representantes internacionais é desenvolver primeiro o quadro institucional e democrático, antes de poder, um dia, colocar a questão do estatuto final. As eleições municipais estão previstas para o mês de Outubro, as eleições gerais para daqui a um ano. Ora, o que fará a primeira assembleia democraticamente eleita no Kosovo? Declarará imediatamente a sua soberania e a independência do Kosovo. Qual vai ser a nossa resposta? Que devem reformar a Jugoslávia e esperar a chegada ao poder em Belgrado da oposição dita democrática conduzida pelo seu velho conhecido Vuk Draskovic? Mas a própria Jugoslávia tornou-se uma ficção na hora em que, após dez anos de guerra de secessão, mesmo o Montenegro, último parceiro da Sérvia, está a abandonar o navio. Quanto a Vuk Draskovic e os seus amigos, não têm rigorosamente crédito algum junto dos kosovares que se lembram que ele há apenas um ano fazia parte do governo de Milosevic que os expulsava em massa. A oposição croata sempre se demarcou de Tudjman relativamente à política na Bósnia. A oposição sérvia nunca se demarcou da política de Milosevic no Kosovo. São conhecidas as razões que se opõem à independência: em primeiro lugar, o

receio de uma reacção em cadeia que desestabilizaria a região, começando pela vizinha Macedónia (cerca de um terço da população é albanesa), levando por arrastamento vários países vizinhos a começar pela Bulgária, a Albânia e a Grécia. Em seguida, o perigo de fragilizar todo o edifício de Dayton na Bósnia (se o Kosovo se separar da Jugoslávia, porque não a República Srpska da Bósnia-Herzegovina?). O argumento é de peso mesmo que a teoria dos dominós balcânicos seja um pouco exagerada e demasiado cómoda para os adeptos do status quo. Este argumento sugere todavia que não há solução para o Kosovo e para a "questão albanesa" a não ser numa perspectiva regional. Mas dificilmente se poderá esperar que uma Europa que tem dificuldade em criar um pacto de estabilidade económica para os Balcãs, seja capaz de convocar um novo Congresso de Berlim. No entanto, a manutenção do status quo, incluindo a referência à resolução 1244, implica uma exposição a vários riscos: o da radicalização albanesa, o da manipulação por Milosevic das numerosas situações provocadas artificialmente, o de se instalar de modo durável num protectorado votado ao fracasso. Entre uma Jugoslávia seguramente inviável e uma independência a curto prazo improvável, uma terceira opção transitória poder-se-ia desenhar: um protectorado evolutivo reduzido ao mínimo e um "autogoverno" máximo (o tempo de desenvolver uma justiça, uma polícia, uma administração). Após a separação efectiva de Belgrado, seria uma independência de facto com três condições: garantias internacionais das fronteiras de todos os vizinhos do Kosovo; veto sobre qualquer projecto da "Grande Albânia"; respeito dos direitos das minorias. O não-respeito destas condições significaria uma retirada da NATO, deixando os kosovares sós face ao Exército sérvio, ou seja, o recomeço da guerra. Respeitá-las é abrir-se para a integração regional e europeia. A integração pelo conflito é também a perspectiva daqueles que, como Veton Suroi, director do diário "Koha Dittore", fazem, com humor, das necessidades virtudes: "Desde há um ano que o Kosovo entrou na NATO, antes da Suécia. Com o marco alemão entrou na zona euro antes da Grécia". Ou como passar, nos Balcãs, de protectorado europeu à integração europeia...

Directeur de recherche à la Fondation Nationale des Sciences Politiques (C.E.R.I.).
Auteur de Les Balkans, paysage après la bataille (ed. Complexe), membre de la Commission internationale indépendante sur le Kosovo présidée par le juge Richard Goldstone.